

Resenha bibliográfica 2

Economía y filosofía

Bunge, Mario. *Economía y filosofía*. Madrid, Editorial Tecnos, 1982.

VALDIR RAMALHO *

O professor Mario Bunge, físico e filósofo, é autor de uma vasta e importante obra, abrangendo metodologia e filosofia da ciência, metafísica, semântica, política científica e ética. Escreve com rara clareza e precisão, sabendo como poucos localizar o cerne dos problemas em debate, esclarecer o obscuro, eliminar os obstáculos à solução das questões e apresentar respostas pessoais simples e iluminantes. Por seus trabalhos na fronteira avançada das pesquisas filosóficas, inclusive em filosofia exata e em fundamentos da ciência, é conhecido e respeitado no mundo inteiro, porém, infelizmente, praticamente desconhecido entre os economistas. No Brasil, tem quatro livros publicados, e dentre eles o melhor guia filosófico que se pode encontrar no que se refere a rumos da política científica, *Ciência e desenvolvimento*, editado pela Itatiaia em 1980.

Depois de escrever sobre filosofia da física, da biologia, da tecnologia, da psicologia e da sociologia, este livro é a iniciação de Bunge em economia, e está subdividido em apresentação (escrita por Raul Prebisch), prefácio, introdução, nove capítulos, cinco apêndices e bibliografia ao final. No prefácio, o autor declara seu objetivo (analisar algumas das idéias básicas da economia) e antecipa suas conclusões (muitos dos supostos da disciplina são falsos,

* Do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do IBRE/FGV.

outros nunca foram postos à prova, e por isso a economia é apenas uma semiciência, sendo urgente convertê-la em uma ciência). Na introdução, o autor lista as questões filosóficas relativas à economia, que pretende responder no decorrer do livro.

Nos Capítulos 1 a 4, o autor discorre sobre qual o objeto de que trata a economia, aborda questões a respeito de conteúdo e exatidão em conceituação econômica, bem como a respeito da existência de leis e tendências em economia e da legitimidade de teorizar nessa disciplina. Nos Capítulos 5 e 6, analisa a economia normativa, os fundamentos de política econômica e, em particular, o monetarismo. Os Capítulos 7 a 9 tratam das relações entre teoria e realidade em economia, fazendo uma avaliação do grau em que a disciplina é científica e apresentando recomendações a respeito de como se pode levá-la ao amadurecimento científico. Nos apêndices, o autor exemplifica alguns dos pontos argumentados no corpo do livro.

Poucos pensadores têm tanto potencial para contribuir ao esclarecimento das questões filosóficas em economia como Bunge. Na nossa opinião, porém, neste livro ele ainda revela-se aquém da sua capacidade de fazê-lo, em virtude de ainda não ter captado bem o significado de vários conceitos e hipóteses econômicas. Assim, a qualidade do conteúdo do livro varia muito ao longo dos diversos capítulos: há partes excelentes (sobretudo nos Capítulos 2 a 5 e apêndices), como resultado inevitável da competência filosófica do autor, mas há também partes ruins, que ficam por conta da sua pouca familiaridade com certas sutilezas dos conceitos e doutrinas econômicas.

Em outras palavras, os melhores momentos do livro estão nos trechos onde Bunge expõe (geralmente com clareza, mas de modo sintético) idéias filosóficas e metodológicas relacionadas com os temas em debate entre os economistas. Mas, nas passagens em que tenta analisar e avaliar diretamente idéias especificamente econômicas, o autor é menos feliz: em boa parte, apenas repete os argumentos e as críticas filosóficas já por demais conhecidos e divulgados na literatura metodológica produzida pelos próprios economistas, sem dar um respaldo filosófico mais profundo aos mesmos. Sua

maior fraqueza nessas passagens, porém, é fazer algumas críticas inadequadas, isto é, que não se referem ao que ele pretende e afirma estar criticando.

Apesar disso, o livro merece ser lido pelos economistas interessados em questões metodológicas, já que contém valiosas considerações metodológicas de caráter geral. É uma pena, porém, que o objetivo básico não tenha sido atingido com sucesso; de qualquer maneira, esperamos que o autor continue interessado na disciplina econômica e volte a escrever sobre ela, o que será muito benéfico para os economistas e, principalmente, para os que dependem deles.

A seguir, comentamos diversas partes do livro, de modo a dar uma idéia mais clara do conteúdo do mesmo, seus méritos e suas fraquezas.

1 — *Objeto de estudo.* No Capítulo 1, Bunge trata da questão de qual é o objeto fundamental de estudo da disciplina econômica, a “unidade de análise” dessa disciplina. Uma resposta óbvia, que o próprio autor admite ser comumente dada, é a seguinte: “A microeconomia trata de consumidores e produtores individuais e a macroeconomia trata de economias inteiras, nacionais ou regionais”.

Esta resposta óbvia, porém, não é criticada nem comentada por Bunge, aparentemente porque ele pensa que as críticas que dirige a uma segunda resposta também se aplica àquela. A segunda resposta, a cuja crítica Bunge dedica a maior parte do capítulo, também é popular entre os economistas: “A economia trata, em última instância, dos agentes econômicos individuais, isto é, de pessoas que desempenham alguma função econômica”.

Após criticar esta resposta, Bunge apresenta uma terceira, a sua própria: “A economia estuda sistemas econômicos”. A resposta simples de Bunge não é trivial, como parece à primeira vista, pois o autor já desenvolveu em livros anteriores (infelizmente não disponíveis no Brasil) uma caracterização mais rica e aprofundada das propriedades dos sistemas sociais; sua resposta, portanto, consiste em inserir o objeto de estudo da economia dentro desse conjunto de objetos com determinadas peculiaridades bem definidas.

Contudo, as páginas 25 a 27 do livro, onde esta resposta é dada, contém apenas uma muito sintética exposição de algumas das idéias

do autor relativas à análise de sistemas sociais. A extensão dessas idéias à economia promete resultar em bons frutos e, por isso, mesmo a rápida aplicação delas apresentada nessas páginas é uma das boas contribuições do livro.

O que Bunge não consegue fazer bem, porém, é criticar a proposição de que a economia trata, em última instância, de agentes econômicos individuais: seus quatro argumentos (da página 21 à 24) contra essa proposição estão cheios de equívocos. Além disso, o curioso é que, na página 27, o próprio Bunge afirma que todas as relações econômicas são, em última instância, relações entre pessoas.

2 — *Conceitos, teorias, política econômica.* No Capítulo 2, o autor discorre sobre algumas questões relativas à conceituação em economia, particularmente sobre clareza e obscuridade conceitual, variáveis psicológicas, mensurabilidade, variáveis qualitativas e constantes universais. Para o autor, é legítimo o uso de variáveis psicológicas em economia, e tanto as variáveis quantitativas como as qualitativas são importantes. Quanto às constantes universais, a ausência delas não faz da economia uma ciência radicalmente diferente das ciências naturais.

O Capítulo 3 trata de generalizações econômicas, estabelecendo as diferenças entre tendências, leis e regras. Para o autor, a economia tem leis, inclusive algumas universais (a lei dos rendimentos decrescentes é um exemplo citado). No Capítulo 4, ele estabelece uma distinção entre teorias e modelos, analisa o papel da teorização e rebate os argumentos contra a teorização em ciências humanas. Para Bunge, até mesmo a acusação de imitar a física não é válida, porque "não é pecado imitar a ciência mais antiga e de maior êxito".

O Capítulo 5, sobre política econômica, trata da distinção entre economia positiva e economia normativa e da dependência da política econômica com relação a normas e valores. Sua mensagem mais importante é alertar para os perigos, quando não os prejuízos, decorrentes da confecção de planos e programas econômicos que ignoram as circunstâncias e os valores culturais da população.

Nesse capítulo, o autor também discorre sobre os três tipos principais de política econômica — o liberalismo, o intervencionismo e o planejamento central.

Infelizmente, porém, Bunge não compreendeu em que consiste o liberalismo, afirmando erradamente que ele não recomenda política econômica alguma, mas sim a inação. Por isso, acusa injustamente a retórica liberalista de ser “mentirosa” (p. 59) e “ilógica” (p. 65), por “pregar a inação do Estado e ser, na prática, intervencionista”. Em particular, Bunge não entendeu que reduzir a intervenção do Estado é um tipo de ação, mas não é praticar o “intervencionismo”.

3 — *Monetarismo*. Nos diversos capítulos, mas principalmente no Capítulo 6, o autor critica com severidade o monetarismo e o liberalismo econômico. Muitas das críticas, porém, consistem em atribuir intenções malignas a Milton Friedman e aos monetaristas, e não em argumentar com base no conteúdo ou nas implicações de suas doutrinas, e outras consistem nos típicos chavões que se usa quando se quer despertar no leitor uma reação emocional contra as doutrinas de que se discorda: classificá-las de “ideologia”, de “extremista”, de “idéias importadas”, etc.

As críticas mais sérias falham por não ter o autor compreendido o real conteúdo das doutrinas criticadas. Por exemplo, Bunge classifica o monetarismo de panacéia, por dizer que “tudo quanto se precisa fazer para conservar a *saúde* da economia é controlar a oferta de dinheiro”. Na verdade, porém, quem interpreta (erradamente) o monetarismo como panacéia é o próprio Bunge, pois essa doutrina visa apenas, muito mais modestamente, a obter *estabilização macroeconômica*; muitos problemas econômicos, portanto, ficam claramente fora de sua alçada.

Bunge acha que o “oposto da hipótese monetarista é que é verdade”, e mostra um modelo que considera “de acordo com os dados” e que “não foi levado em conta pelos monetaristas”. O mais interessante, porém, é que no modelo do autor: a) o governo tem *deficits*, resultantes predominantemente de despesas de *welfare-state*; b) os *deficits* do governo geram expansão monetária; e c) há uma relação direta e única entre a taxa de inflação e a taxa de

expansão monetária. Em outras palavras, o modelo de Bunge é um típico e ortodoxo modelo monetarista da “velha guarda”!

Quanto ao liberalismo econômico, Bunge afirma que “reduz-se aos princípios do egoísmo (cada qual por seu lado), darwinismo social e liberalismo político”. Acontece, porém, que darwinismo social e egoísmo não fazem parte da proposta filosófica do liberalismo. O próprio livro de Hayek citado por Bunge — *Individualism and economic order* — está cheio de trechos negando que o liberalismo seja egoísmo, e explicando por quê. E, ainda mais, afirmando que dificilmente pode o liberalismo subsistir, muito menos prosperar, em uma sociedade onde os seus membros não se esforcem em ser morais e não sejam solidários. (Para Hayek, a palavra “individualismo” não significa “egoísmo”, mas apenas tem o sentido de oposição a “coletivismo” ou “socialismo”.)

Bunge também acha que “a manutenção com êxito da livre empresa exigiria um governo autoritário pronto a reprimir quaisquer ameaças à liberdade econômica. Por isso, os princípios neoclássicos só podem aplicar-se sob um regime de força”. Mas o autor refuta sua própria afirmativa algumas linhas antes, ao admitir a existência de correlação “temporária” (refere-se aos séculos de democracia liberal-burguesa dos países europeus) entre liberdade econômica e política. Mas basta a correlação “temporária” para mostrar que não é verdade que a liberdade econômica só possa existir em um regime de força.

Bunge afirma que as políticas monetaristas nos países em desenvolvimento e em estado de inflação consistem em fixar a taxa de câmbio e restringir os créditos bancários (o que acaba levando à quebra do setor industrial); mas o autor engana-se. Sem dúvida, a política acima tem sido comumente citada como monetarista; “monetarismo” tem conotação pejorativa no jornalismo econômico, e, aparentemente por isso, qualquer política econômica que faça algumas referências a moeda e seja adotada por um regime militar ou um partido conservador, ou seja de aplicação dolorosa, ou simplesmente considerada incômoda ou desagradável, tende a ser popularmente classificada de monetarista. De qualquer modo, se monetarismo for a política antiinflacionária defendida e propagada por Friedman, o que Bunge cita não é a política monetarista.

4 — *Teoria, realidade e ciência*. O Capítulo 7 contém, no início, breves mas excelentes considerações sobre teste em ciência, infelizmente ainda muito gerais para chegar a dirimir as dúvidas com que se debatem os economistas. Depois disso, Bunge passa a avaliar os pressupostos da teoria do consumidor, fazendo as críticas já por demais conhecidas dos economistas (nem todas válidas, aliás) e culminando com a sugestão de que se substitua o postulado de maximização pelo de satisfação (*à la* H. Simon).

A seguir, Bunge critica as idéias de mercado competitivo e de equilíbrio de mercado, também com os argumentos conhecidos. Uma das críticas, porém, merece comentário à parte: nesse capítulo, como em outros, o autor condena severamente os economistas por dedicarem tempo e esforço a “problemas artificiais” ou a estudos “de total irrelevância”, tais como teorias “de mercados competitivos que já não existem mais”.

Estas repreensões conflitam com os escritos de Bunge sobre política científica, onde estão os mais lúcidos e vigorosos argumentos a mostrar que o utilitarismo acadêmico, a exigência de utilidade imediata para o trabalho acadêmico, é um dos meios mais seguros de matar o desenvolvimento científico (constituindo-se, aliás, no principal argumento do antiteoricismo). É surpreendente que o autor de *Ciência e desenvolvimento* acuse os economistas teóricos de viverem nas nuvens e exija demonstração de utilização prática de seus estudos.

De qualquer modo, no caso dos mercados competitivos tão frequentemente citados por Bunge, a repreensão antiteoricista do autor não procede: mesmo se for verdade que tais mercados não existem mais hoje em dia, isso não torna irrelevante estudá-los. Tais estudos podem vir a ser aplicados pelos historiadores econômicos na tentativa de compreender melhor uma parte importante de nosso passado recente.

Ademais, as afirmações e as citações de Bunge estão longe de mostrar a ausência total de mercados competitivos no mundo de hoje. Os economistas costumam encontrar esse tipo de mercado na agricultura, no mercado de capitais ou no setor serviços, por exemplo.

Ainda neste capítulo, bem como no seguinte, Bunge critica os economistas por não levarem em conta as evidências contra suas teorias, que continuam ensinadas nas faculdades, e por não prestarem

atenção às evidências de ciências vizinhas, como a psicologia, a antropologia, etc. Bunge ainda não percebeu que os economistas produzem, abundantemente, evidências contra e a favor de diversas teorias, e que o que parece descaso com “os fatos” pode ser apenas dificuldade em selecionar evidência relevante ou conclusiva na multidão de evidências conflitantes por eles apresentadas.

Pela mesma razão, os economistas não vêem por que deveriam dar tanta importância à evidência produzida por psicólogos ou sociólogos, que não dão indicações de clareza e qualidade superior àquela produzida pelos economistas.

Mesmo assim, os economistas são mais ou menos sensíveis à evidência negativa e às críticas, e é por isso que tanto se tem trabalhado para livrar a teoria do consumidor de suposições incômodas, inclusive do postulado da transitividade (Aumann, Becker, Sonnenschein, Shafer, Chipman), e para analisar economias e mercados em desequilíbrio (Dreze, Negishi, Grossman, Benassy, Hahn, Grandmont), em concorrência monopolista (Nikaido, Gabsezewicz, Negishi) ou em oligopólio (Negishi, Farrel, Nikaido, Marschak), bem como em situações de incerteza, etc. Tais estudos ainda não chegaram às faculdades porque são muito difíceis e complexos e nem sempre têm tido sucesso (pode-se buscar soluções, mas nada garante que sejam encontradas logo), mas são impulsionados basicamente pela mesma preocupação que gerou estudos mais antigos e mais bem-sucedidos (Chamberlin, Robinson, Modigliani, Sylos-Labini, Demsetz, etc.).

No Capítulo 8, Bunge monta uma interessante e frutífera caracterização de um campo de investigação científica. Com base nela, conclui que a economia é uma semiciência, com isso querendo dizer que tem setores de ciência madura e outros de pseudociência. No Capítulo 9, há bons conselhos dirigidos aos interessados em aperfeiçoar a disciplina, embora ainda muito gerais e insuficientes.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Índice do volume 12, 1982

ARTIGOS E RESENHAS (por ordem de paginação)

Inflação e preços relativos: medidas de dispersão	1
..... <i>Adroaldo Moura da Silva e Décio K. Kadota</i>	
Salário real, produtividade, progresso tecnológico, emprego e preço relativo dos manufaturados no Brasil	23
..... <i>Alberto Roque Musalem</i>	
A economia do carvão mineral	51
..... <i>Eduardo M. Modiano e Octavio A. F. Tourinho</i>	
Especulação em terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR	87
..... <i>João Sayad</i>	
Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira — 1850/1979	109
..... <i>Reinaldo Gonçalves e Amir Coelho Barros</i>	
Sobre medições de renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais no Brasil	133
..... <i>Constantino Lluch</i>	
Restrições ao crescimento de indústrias de pequena escala nos países em desenvolvimento: uma revisão crítica	149
..... <i>Hubert Schmitz</i>	
Multiplicadores de emprego no Brasil	207
..... <i>Eleutério F. S. Prado e Décio K. Kadota</i>	
Os programas de crédito e a desintegração não-intencional das economias extrativas de exportação no Médio Amazonas do Pará	231
..... <i>Stephen G. Bunker</i>	

MAP: uma nova proposta de política de rendas, de Abba P. Lerner e David C. Colander (Resenha)	261
..... <i>Dionísio Dias Carneiro Netto</i>	
Cambridge Economic Policy Review (Resenha)	273
..... <i>Mario Ferreira Presser</i>	
Crescimento com oferta limitada de divisas: uma reavaliação do modelo de dois hiatos	285
..... <i>Edmar Lisboa Bacha</i>	
Reajuste salarial e inflação	311
..... <i>Persio Arida</i>	
Disponibilidade de alimentos e efeitos distributivos: Brasil, 1967/79	343
..... <i>Fernando B. Homem de Melo</i>	
Mensuração da concentração industrial no Brasil	399
..... <i>Helson C. Braga e João L. Mascolo</i>	
Proteção tarifária e crescimento industrial nos anos 1906/12: o caso da cerveja	455
..... <i>Maria Teresa R. O. Versiani</i>	
Autonomia política e dependência financeira: uma análise das transformações recentes nas relações intergovernamentais e seus reflexos sobre a situação financeira dos estados	489
..... <i>Fernando Rezende</i>	
Um modelo de crescimento para a indústria do xisto	541
..... <i>Ricardo P. Barros e Lauro R. A. Ramos</i>	
Elasticidades de Engel para dispêndios familiares na cidade do Rio de Janeiro	579
..... <i>José W. Rossi</i>	
Sobre as causas da recente aceleração inflacionária: comentários	607
..... <i>Claudio R. Contador</i>	
Sobre as causas da recente aceleração inflacionária: réplica	615
..... <i>Francisco Lopes e André Lara Resende</i>	
Development in an inflationary world, de M. June Flanders e Assaf Razin, eds. (Resenha)	623
..... <i>Pedro Sampaio Malan</i>	

Economic stabilization in developing countries, de William R. Cline e Sidney Weintraub, eds. (Resenha)	<i>Edmar Lisboa Bacha</i>	633
Inflação e nível de atividade no Brasil: um estudo econômico	<i>Francisco L. Lopes</i>	639
Os efeitos redistributivos da inflação e os reajustes salariais	<i>Roberto Camps Moraes</i>	671
Imposto inflacionário, dívida pública e crédito subsidiado	<i>Eliana A. Cardoso</i>	707
Os anos 40 na América Latina ...	<i>Carlos F. Díaz-Alejandro</i>	719
A política brasileira de estabilização: 1963/68	<i>André Lara Resende</i>	757
Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo, e crescimento econômico no Brasil no período 1970/75	<i>Regis Bonelli e Paulo Vieira da Cunha</i>	807
Finanças governamentais num regime federativo: considerações sobre o caso brasileiro	<i>Carlos A. Longo</i>	851
A distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma revisão crítica da literatura existente	<i>John Wells e Andrés Drobny</i>	893
A propriedade industrial como instrumento de competição entre empresas e objeto de política estatal: uma introdução	<i>Fabio Stefano Erber</i>	915
From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions, de David Goodman e Michael Redclift (Resenha) ...	<i>Anna Luiza Ozorio de Almeida</i>	953
Economía y filosofía, de Mario Bunge (Resenha)	<i>Valdir Ramalho</i>	963

AUTORES (por ordem alfabética)

<i>Arida, Persio.</i> Reajuste salarial e inflação	311
<i>Bacha, Edmar Lisboa.</i> Crescimento com oferta limitada de divisas: uma reavaliação do modelo de dois hiatos	285
<i>Bacha, Edmar Lisboa.</i>	633
<i>Barros, Amir Coelho.</i> Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira -- 1850/1979	109
<i>Barros, Ricardo P.</i> Um modelo de crescimento para a indústria do xisto	541
<i>Bonelli, Regis.</i> Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo, e crescimento econômico no Brasil no período 1970/75	807
<i>Braga, Helson C.</i> Mensuração da concentração industrial no Brasil	399
<i>Bunge, Mario.</i> Economía y filosofía (Resenha)	963
<i>Bunker, Stephen G.</i> Os programas de crédito e a desintegração não-intencional das economias extrativas de exportação no Médio Amazonas do Pará	231
<i>Cardoso, Eliana A.</i> Imposto inflacionário, dívida pública e crédito subsidiado	707
<i>Carneiro Netto, Dionísio Dias.</i>	261
<i>Cline, William R., ed.</i> Economic stabilization in developing countries (Resenha)	633
<i>Colander, David C.</i> MAP: a market anti-inflation plan (Resenha)	261
<i>Contador, Claudio R.</i> Sobre as causas da recente aceleração inflacionária: comentários	607
<i>Díaz-Alejandro, Carlos F.</i> Os anos 40 na América Latina ...	719

<i>Drobny, Andrés.</i> A distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma resenha crítica da literatura existente ...	893
<i>Erber, Fabio Stefano.</i> A propriedade industrial como instrumento de competição entre empresas e objeto de política estatal: uma introdução	915
<i>Flanders, M. June, ed.</i> Development in an inflationary world (Resenha)	623
<i>Gonçalves, Reinaldo.</i> Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira — 1850/1979	109
<i>Goodman, David.</i> From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions (Resenha)	953
<i>Homem de Melo, Fernando B.</i> Disponibilidade de alimentos e efeitos distributivos: Brasil, 1967/78	343
<i>Kadota, Décio K.</i> Inflação e preços relativos: medidas de dispersão	1
<i>Kadota, Décio K.</i> Multiplicadores de emprego no Brasil ...	207
<i>Lerner, Abba P.</i> MAP: a market anti-inflation plan (Resenha)	261
<i>Lluch, Constantino.</i> Sobre medições de renda a partir dos Censos e das Contas Nacionais no Brasil	133
<i>Longo, Carlos A.</i> Finanças governamentais num regime federativo: considerações sobre o caso brasileiro	851
<i>Lopes, Francisco.</i> Sobre as causas da recente aceleração inflacionária: réplica	615
<i>Lopes, Francisco L.</i> Inflação e nível de atividade no Brasil: um estudo econométrico	639
<i>Malan, Pedro Sampaio.</i>	623
<i>Mascolo, João L.</i> Mensuração da concentração industrial no Brasil	399

<i>Modiano, Eduardo M.</i> A economia do carvão mineral	51
<i>Moraes, Roberto Camps.</i> Os efeitos redistributivos da inflação e os reajustes salariais	671
<i>Moura da Silva, Adroaldo.</i> Inflação e preços relativos: medidas de dispersão	1
<i>Musalem, Alberto Roque.</i> Salário real, produtividade, progresso tecnológico, emprego e preço relativo dos manufaturados no Brasil	23
<i>Ozorio de Almeida, Anna Luiza.</i>	953
<i>Prado, Eleutério F. S.</i> Multiplicadores de emprego no Brasil	207
<i>Presser, Mario Ferreira.</i>	273
<i>Ramalho, Valdir.</i>	963
<i>Ramos, Lauro R. A.</i> Um modelo de crescimento para a indústria do xisto	541
<i>Razin, Assaf, ed.</i> Development in an inflationary world (Resenha)	623
<i>Redclift, Michael.</i> From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions (Resenha)	953
<i>Resende, André Lara.</i> Sobre as causas da recente aceleração inflacionária: réplica	615
<i>Resende, André Lara.</i> A política brasileira de estabilização: 1963/68	757
<i>Rezende, Fernando.</i> Autonomia política e dependência financeira: uma análise das transformações recentes nas relações inter-governamentais e seus reflexos sobre a situação financeira dos estados	489
<i>Rossi, José W.</i> Elasticidades de Engel para dispêndios familiares na cidade do Rio de Janeiro	579
<i>Sayad, João.</i> Especulação em terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR	87

<i>Schmitz, Hubert.</i> Restrições ao crescimento de indústrias de pequena escala nos países em desenvolvimento: uma revisão crítica	149
<i>Tourinho, Octavio A. F.</i> A economia do carvão mineral ...	51
<i>Versiani, Maria Teresa R. O.</i> Proteção tarifária e crescimento industrial nos anos 1906/12: o caso da cerveja	455
<i>Vieira da Cunha, Paulo.</i> Mudanças nas estruturas de produção, renda e consumo, e crescimento econômico no Brasil no período 1970/75	807
<i>Weintraub, Sidney, ed.</i> Economic stabilization in developing countries (Resenha)	633
<i>Wells, John.</i> A distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma resenha crítica da literatura existente	893

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05

CDU 33(81) (05)

